

COISAS: PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONSUMO E SUSTENTABILIDADE

Evandro Brandão Barbosa

evandrobb@ibest.com.br

Universidade Federal do Amazonas

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

tecafraxe@uol.com.br

Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

As relações de produção e consumo das coisas são antecidas pela extração dos recursos naturais e a respectiva distribuição. Este texto teve como ideia base o conteúdo do vídeo “A história das coisas” com Annie Leonard. O objetivo deste texto é apresentar discussões sobre o modo como a apropriação da natureza produz a insustentabilidade do planeta. A abordagem considera o mundo capitalista, em busca da satisfação das necessidades humanas, que são ilimitadas, diante de recursos limitados. E nessa busca, o capitalismo extrai recursos naturais, produz coisas necessárias ou não, distribuindo-as globalmente, enquanto incentiva o consumo intensivo tanto de novidades do dia a dia quanto da moda; causa assim a depleção dos recursos naturais, enquanto engendra mecanismos mitigadores de danos ambientais e mantém os incentivos ao consumismo, o que representa sustentabilidade fraca para o planeta.

Palavras-chave: Consumo, Meio Ambiente, Sustentabilidade.

Introdução

A utilização das coisas na busca de satisfação das necessidades humanas representa a parte central de um processo iniciado com a extração de recursos da natureza. O sistema capitalista, enquanto sistema social, econômico e político, mantém os seus agentes econômicos (famílias, empresas, governo e comércio exterior) integrados, de modo a alimentar a remuneração dos seus fatores de produção: trabalho, capital, recursos naturais, tecnologias e capacidade empresarial; as tecnologia, na maioria das vezes, tem remuneração mais elevada que aquela do fator trabalho. A produção e o consumo das coisas representam, portanto, dois elos de uma cadeia em que a integração entre governo, empresários e comércio exterior resulta em domínio econômico e ambiental das famílias.

O contexto apresentado neste artigo revela que a produção intensiva das coisas não busca apenas a satisfação das necessidades humanas, mas principalmente a manutenção do capitalismo em funcionamento. E, como a extração dos recursos naturais ocorre em fontes finitas, então, quanto mais intensiva for a produção de coisas, maior será a possibilidade de exaustão desses recursos formadores de ecossistemas.

O aspecto econômico tem sido sobreposto ao ambiental, como se a resiliência fosse algo natural e constante aos ecossistemas. Porém, o trabalho de Nicholas Georgescu-Roegen, como citou Nascimento (2012, p.5), “aborda a economia, como um subsistema da ecologia, interagindo com a natureza em seu processo de transformação, baseado na segunda lei da termodinâmica (entropia)”. Assim, há necessidade de administrar a produção das coisas no interior das sociedades capitalistas, enquanto mantém os cuidados em relação ao meio ambiente e evita o comprometimento da sustentabilidade do planeta. A produção das coisas é uma atividade econômica necessariamente transformadora da natureza, como ocorre às outras atividades humanas. A abordagem da transformação da natureza causada pela economia está inserida no campo da economia dos recursos naturais, e explica como a extração de recursos naturais e posterior transformação produzem os bens econômicos a serem socialmente consumidos; por outro lado, a economia do meio ambiente descreve as formas de gestão dos recursos naturais e a geração de despejos, desperdícios, poluições ou nocividades provocados pelas atividades econômicas (FAUCHEUX e NOËL, 1995). Essas diferentes acepções de economia revelam a dimensão física dos diferentes usos dos materiais extraídos da natureza.

Para compreender a história das coisas, sob uma ótica interdisciplinar, é preciso considerar conhecimentos das áreas das ciências do ambiente, humanas, sociais e naturais. Meio ambiente, sociedade, economia e relações de poder encontram-se interligados, por isso analisar extração, produção, distribuição e consumo das coisas no seio do capitalismo demanda interdisciplinaridade; é um desafio, na tentativa de restituir, mesmo parcialmente, o caráter de totalidade e de complexidade do mundo real (RAYNAUT, 2004) dentro do qual e sobre o qual todos pretendem atuar.

Além dessa introdução, este texto apresenta os seguintes itens: *a história das coisas, os interesses do consumo e a corresponsabilidade socioambiental, as relações entre consumo e sustentabilidade e as considerações finais* sobre natureza, coisas, sociedade e relações de poder.

A história das coisas

As necessidades humanas são ilimitadas e os recursos disponíveis para satisfazê-las são limitados. Por isso, a ciência econômica se desenvolve sobre a hipótese da escassez dos recursos, cuja racionalidade dos usos desses recursos deve ser buscada insistentemente. Conseqüentemente, ao extrair recursos naturais e transformá-los em coisas, os empresários atendem aos seus próprios interesses e àqueles da sociedade. O limite dessa extração de recursos ainda não foi compreendido de forma a inter-relacionar os saberes das diferentes ciências no atendimento dos interesses dos seres humanos no interior do ecossistema Terra, quando a preservação da vida deveria ser a regra e não a exceção apresentada pela legião de seres humanos que busca uma racionalidade ambiental frente à hegemonia da racionalidade econômica do capitalismo.

Produzir coisas, portanto, é resultado da atuação de empresários e regulamentações governamentais voltadas para a administração do sistema capitalista. Após reunir os fatores de produção (capital, recursos naturais, trabalho, tecnologias e capacidade empresarial) para produzir coisas, os empresários precisam vendê-las para remunerar esses fatores.

A manutenção do funcionamento do sistema capitalista exige a produção constante e crescente de coisas, o que leva à criação de mecanismos de incentivo ao consumo crescente. Um desses mecanismos é a redução do tempo de vida útil das coisas pelos fabricantes; esse descarte compulsório de coisas recém-adquiridas alimenta a compra de novas coisas sem qualquer elevação no nível de satisfação das necessidades. Além de caminhar na direção da exaustão de recursos naturais não renováveis, alterando a dinâmica de funcionamento dos ecossistemas, a produção desenfreada de coisas também aumenta a produção de resíduos sólidos, líquidos e gasosos descartados na natureza.

No interior dos processos produtivos das coisas encontram-se as pessoas, representantes do fator trabalho, cuja remuneração tende a ser inferior ao valor resultante da sua produção. Daí, Forstater (2009) esclarecer que para Karl Marx é necessário analisar as relações sociais de produção para entender as “leis do movimento” do capitalismo.

Marx acreditava que o coração do capitalismo era o acúmulo de capital, que era gerado pela exploração do trabalho. Ele considerava a exploração um conceito econômico, o processo de criação do valor excedente, resultante do fato de o valor da mão-de-obra ser menor que o valor criado pelo trabalho na esfera da produção (FORSTATER, 2009, p.39).

A riqueza gerada durante a produção intensiva das coisas leva ao acúmulo do capital e, paralelamente, ao considerar os recursos extraídos da natureza como externalidade negativa, degrada o meio ambiente e mantém a remuneração do trabalho a nível abaixo daquela remuneração do capital. Essa relação capital-trabalho produz coisas sob os olhares dos governos das três esferas (federal, estadual e municipal), cujas leis voltadas para a administração do meio ambiente ainda não são capazes de adequar produção, sustentabilidade e consumo.

A importância de compreender como a produção de coisas se relaciona com a sustentabilidade do planeta induz às discussões sobre as condições de vida das pessoas nos países pobres, em desenvolvimento e países ricos. Porque as relações socioeconômicas e ambientais do capitalismo contêm universalidade. Enquanto categoria de análise, a sustentabilidade traz no seu bojo diferentes origens.

A noção de sustentabilidade tem duas origens. A primeira, na biologia, por meio da ecologia, refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, deflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunامي, fogo etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção (NASCIMENTO, 2012, p.1).

Assim, a extração de recursos naturais, a produção, distribuição e consumo das coisas integram um ciclo que se inicia no meio ambiente, afeta os agentes econômicos aqui explicitados e também outros agentes que atuam nesse mesmo meio ambiente; um ciclo que não deve ser pensado como processo infinito. Há necessidade, acima de tudo, de criar as condições necessárias para o desenvolvimento de um novo sistema social, econômico, ambiental e político, que não adote a produção e o consumo das coisas apenas pelo olhar do consumo como fim, unicamente a racionalidade econômica, e ainda ignora as possibilidades de buscar formas de crescer menos com mais qualidade de vida. Desenvolver um novo sistema social, econômico, ambiental e político implica em assumir modo de produção diferente do atual; porque assim será possível construir uma sustentabilidade forte, que significa inserir os conhecimentos de ecologia na estrutura e no funcionamento de um novo sistema social, econômico, ambiental e político, para que as relações de poder entre os fatores de produção considerados sejam eivadas de justiça.

Os interesses do consumo e a corresponsabilidade socioambiental

O consumo de coisas cria nos consumidores a sensação de estar inserido em um sistema econômico, cujas regras estabelecidas podem ser atendidas por eles. A formação desses consumidores possui história familiar, social, política e econômica, cujos hábitos e costumes de consumo lhes são impostos continuamente ao longo da vida. A cultura do consumismo de coisas é alimentada pela racionalidade econômica e tende a tornar-se a base teórica e prática nas relações entre as pessoas fora das práticas diretamente relacionadas aos aspectos econômicos. A realização do ter, mesmo quando não está claro para que “ter” algo, representa conquista. Seja porque outras pessoas já possui aquele algo, seja para atender aos reclames de propagandas que sugerem frequentemente determinadas necessidades e em seguida disponibiliza produtos para satisfazê-las; a busca do ter tende a incorporar-se na racionalidade coletiva.

Um exemplo clássico desse consumo (ter) é a moda imposta “hoje”, que representa algo que deixou de ser moda há algum tempo passado; é um

consumo incentivado para atender a determinados interesses, de acordo com a época em questão. Em algumas situações, pode-se até mesmo dizer que o consumo, de um modo geral, pode representar um vício, e nesse caso ultrapassa o objeto de análise deste texto que é o consumo das coisas, pois o consumo como vício avança para a área da Psicologia.

Interrogar sobre o que ocorre primeiro, se o interesse do consumidor pelo consumo ou o interesse do produtor pelo consumo, pode não ser um bom caminho para respostas. Supõe-se que embora o consumidor possa iniciar o interesse pelo consumo, é provável que o produtor tenha mais força para administrar o interesse do consumidor pelo consumo das coisas produzidas. Logo, é o produtor que transforma o potencial de consumo dos consumidores em consumo efetivo das coisas oferecidas pelo sistema econômico.

Para os produtores, a produção das coisas é planejada e os lucros são projetados, de forma a administrar estratégias que levem os consumidores a adquirirem as quantidades de coisas sob a égide desse planejamento, projeção e administração estratégica do consumo. Porque os produtores buscam elevar as suas riquezas via lucratividade crescente.

A racionalidade dos usos dos recursos naturais por parte dos produtores não deve ser uma responsabilidade socioambiental somente imputada aos empresários e ao governo, enquanto agentes econômicos. A corresponsabilidade socioambiental dos consumidores é uma realidade que requer informações, conhecimentos e organização social, porque assim a criticidade desenvolve-se com a agudez necessária para o surgimento de consumidores seletivos. Nesse nível de criticidade, esses mesmos consumidores assumirão comportamentos diferenciados em relação à organização e atuação sindical, o que tenderá a alterar as relações sociais do trabalho; trabalhadores mais conscientes, melhores remunerados e mais seletivos frente ao consumo.

A criticidade já citada, passa pela compreensão do que é ambiente, como encontrado em Leff (2002): “o ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento” (p.18). Com essa compreensão, trabalhadores, empresários e governos poderão visualizar as relações de produção e consumo diferentemente de como as praticam na atualidade, e o ambiente deixará de ser compreendido como externalidade negativa, cujos custos devem agregar-se ao preço das coisas para aumentar ainda mais a acumulação do capital, sem que hajam custos imputados.

A consciência ambiental, socialmente desenvolvida por produtores e consumidores, poderá alterar as relações dos produtores com o meio ambiente, tanto na fase da extração dos recursos naturais quanto na fase de aceleração da produção das coisas para induzir ao maior consumo. Isso requer uma alteração na dinâmica do crescimento econômico, secularmente apoiado

na busca da elevação de índices econômicos, como o Produto Interno Bruto, e na acumulação de capital, sem os cuidados e sem a racionalidade nos usos dos recursos naturais. Consequentemente, as populações assumiram padrões de consumo nem sempre fáceis de serem alterados diante do uso irrestrito do meio ambiente. Sobre este contexto, torna-se claro que a aceitação, por parte da população, de restrições ambientais que envolvam algum tipo de sacrifício em benefício de populações de outros países e/ou de um futuro longínquo implica, forçosamente, uma certa dose de altruísmo em especial se essas restrições visam a prática de taxas decrescentes do crescimento econômico, para administrar o decrescimento (ROMEIRO, 2000).

A apresentação dessa discussão, epistemologicamente viável, a qual poderia reduzir os prejuízos aos quais são submetidos os ecossistemas, não deve tratar a dinâmica da associação entre desenvolvimento e sustentabilidade “como se mudar os padrões de produção e consumo fosse algo alheio às estruturas e decisões políticas” (NASCIMENTO, 2012, p.7). Os interesses do consumo e a corresponsabilidade ambiental passam pela produção e consumo das coisas no interior do mesmo meio ambiente, onde as relações socioambientais e econômicas são administradas por decisões políticas. As discussões sobre sustentabilidade, portanto, devem incluir além das dimensões econômica, social e ambiental, também as dimensões, cultural, científica, demográfica, tecnológica, ética, estética, política (porque é desta que emana as tomadas de decisão) e outras. O mais importante ao abordar essas diferentes dimensões é compreender as relações entre as dimensões que estruturam a sustentabilidade, ao invés de adotar a tendência de definir grau de hierarquia entre as dimensões consideradas.

As relações entre consumo e sustentabilidade

A extração de recursos naturais para alimentar os sistemas produtivos capitalistas alimenta o consumo, que se tornou o mecanismo capaz de manter o próprio sistema capitalista em movimento. Produzir coisas nesse entrelaçamento sistêmico gera riqueza para poucos, porque a distribuição social da riqueza produzida não é equitativa.

O aumento da produção e o consumo de coisas têm criado desigualdades sociais, econômicas e ambientais. O ônus e o bônus das atividades econômicas causadoras de insustentabilidade ambiental enquanto produz coisas também não são distribuídos equitativamente. Essa realidade encontra-se nos escritos de Brundtland (1987), quando a mesma afirma:

A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional (p.4).

Então, a produção intensiva de coisas pelo capitalismo sem as medidas adequadas de preservação do meio ambiente, além de seguir na contramão da sustentabilidade, também gera pobreza, na medida em que cria injustiça ambiental e remunera a mão-de-obra em nível inferior à remuneração do capital utilizado pelo sistema capitalista. O consumo incentivado por esse sistema produtor de coisas, portanto, não é somente local; é mundializado e intergeracional, porque tem se perpetuado ao longo de mais de cinco séculos, sem o desenvolvimento de mecanismos que transformem as relações entre os fatores de produção e as estruturas de decisões políticas.

As relações entre consumo e sustentabilidade ainda não integram uma via dupla de construção, na qual a consciência ambiental do consumo deve tornar-se causa do estabelecimento da cultura de sustentabilidade. A ocidentalidade do capitalismo mundialmente administrado pode conter mais clareza para essa falta de integração, embora nos anos mais recentes o ocidente tenha se mostrado teoricamente apreensivo com as questões ambientais, diante da insustentabilidade do planeta administrada pelo capitalismo. Essa ocidentalidade baseada no ter mais, consumir mais, independentemente dos efeitos colaterais causados às sociedades de pessoas e ao meio ambiente, apresenta-se com a valorização do tempo presente, o consumo de agora. Considerando-se que o presente torna-se encurtado nesse processo, como se o consumir fosse algo a ser feito rapidamente, logo, mesmo porque o capitalismo precisa continuar o seu ritmo de produção para não incorrer em níveis de desemprego dos seus fatores de produção. Essa racionalidade pode ser mais bem compreendida na seguinte ideia escrita por Santos (2002):

A característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o facto de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. A contracção do presente, ocasionada por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o presente num instante fugídio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências do presente (p.239).

O imediatismo suscitado pela produção e consumo das coisas no sistema capitalista não considera a interdisciplinaridade entre pessoas, economia, meio ambiente, biologia, ecologia e política, considera uma totalidade inexistente na prática. E, diante de dificuldades como desemprego de mão-de-obra, desigualdade social, degradação ambiental, fome e violência urbana, criadas pelo próprio capitalismo ao longo da sua história intencionalmente planejada, governos e empresas apresentam mecanismos para mitigação de danos ambientais como replantio em áreas de desflorestadas, reciclagem de resíduos sólidos e outros. As estruturas macrossistêmicas que engendram o funcionamento do sistema capitalista, porém, essas não são alteradas. Os processos de tomadas de decisão políticas, as relações entre os fatores de produção, a distribuição de renda, as relações sociais do trabalho, a

substituição do elevado crescimento econômico pelo não crescimento em prol da elevação da qualidade de vida, essas estruturas não são alteradas porque significariam o desenvolvimento de outro sistema social, econômico e político. Nesse cenário sociopolítico e econômico, o consumo é preferível à sustentabilidade. A história das coisas somente poderá ser mudada com o desenvolvimento de um sistema social, econômico, ambiental e político ancorado na interdisciplinaridade, como é a realidade do mundo.

Considerações finais

A abordagem da história das coisas apresentada neste artigo tem como pano de fundo o vídeo “*A história das coisas*”, no qual se encontram didaticamente verbalizadas as relações entre a extração de recursos naturais, a produção, a distribuição e o consumo das coisas em um sistema capitalista e as suas relações com o social, o ambiental, o político e o econômico.

Os itens criados e desenvolvidos neste texto ampliam as ideias contidas no vídeo, fundamentando-as com autores das áreas de sociologia, ciências do ambiente e economia, com a inclusão de discussões sociais e políticas, também engendradas com a dinâmica de produção e consumo, nem sempre integradas às necessidades de atendimento aos princípios de sustentabilidade que o meio ambiente requer.

Nessa arena de discussões, onde a produção e o consumo de coisas apresentam-se como foco principal do funcionamento do capitalismo, o artigo tratou das relações sociais do trabalho e das relações de poder implícitas nas práticas capitalistas. Por isso mesmo, a remuneração do fator de produção trabalho foi enfatizada como inferior à remuneração do fator de produção capital. Quem organiza os fatores de produção são os seus detentores, os quais recebem mais. Diferentemente, aqueles que representam a mão-de-obra e produzem as coisas recebem menos. Nessa relação de ausência de equidade na distribuição de renda, a extração constante de recursos naturais para a produção de coisas aponta para a insustentabilidade dos ecossistemas. Em todo o artigo, há uma indicação de necessidade do desenvolvimento de um novo sistema social, econômico, ambiental e político, em substituição ao sistema capitalista. Não se trata de ilação teórica, mas uma expectativa de novas bases para a construção de uma sociedade menos dicotômica e mais interdisciplinar.

A história das coisas pode ser analisada de ângulos diversos e até mesmo de formas multifacetadas. O conteúdo do presente artigo surge apenas como mais uma dessas tantas formas, sob mais um ângulo de visão, ou perspectiva de revelar como as relações de produção e consumo das coisas têm sido analisadas no interior do capitalismo.

Referências

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

FAUCHEUX, Sylvie. NOËL, Jean-François. *Economia dos recursos Naturais e do Meio Ambiente*. Tradução: Omar Matias. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FORSTATER, Mathew. *Pequeno Livro das Grandes Ideias: Economia*. Tradução: Sílvio F. Antunha. São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2009.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico*. In: Revista Estudos Avançados. Vol.26, nº 74, São Paulo, 2012. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-401420120001>. Acesso em 29/10/2012.

RAYNAUT, Claude. *Meio Ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar*. IN: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº 10, p.21-32, jul/dez. Editora UFPR.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*. In: Revista Estudos Avançados. Vol. 26, nº 74, São Paulo, 2012. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>. Acesso em 29/10/2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63. Outubro 2002: 237-280.